

CURSO DE PROCESSO CIVIL

V. 3

**LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART**

EXECUÇÃO

6.^a edição revista e atualizada

- Teoria Geral da Execução
- Liquidação da Sentença
- Execução da Sentença
- Execução da Decisão Provisória
- Execução contra a Fazenda Pública
- Execução de Alimentos
- Execução de Título Extrajudicial

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00097841

CURSO DE PROCESSO CIVIL

Volume 3

EXECUÇÃO

LUIZ GUILHERME MARINONI

SÉRGIO CRUZ ARENHART

6.^a edição revista e atualizada

1.^a edição: 1.^a tiragem: fevereiro de 2007; 2.^a tiragem: junho de 2007; 3.^a tiragem: setembro de 2007 –
2.^a edição, 1.^a tiragem: fevereiro de 2008; 2.^a tiragem: setembro de 2008; 3.^a tiragem: fevereiro de 2009;
4.^a tiragem: setembro de 2009; 5.^a tiragem: junho de 2010 – 3.^a edição: janeiro de 2011 –
4.^a edição: 1.^a tiragem: janeiro de 2012; 2.^a tiragem: julho de 2012 – 5.^a edição: 2013.

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [02-2014]

Universitário [Texto]

Fechamento desta edição [20.01.2014]



ISBN 978-85-203-5126-0

sys:994965

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1. ^a EDIÇÃO.....	7
PARTE I	
TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO	
1. EXECUÇÃO E SENTENÇA CONDENATÓRIA.....	23
1.1 A sentença satisfativa e a sentença dependente de execução	23
1.2 A impossibilidade de execução no curso do procedimento. A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	24
1.3 As formas de execução da sentença condenatória na história	26
1.4 A equiparação da sentença ao título executivo extrajudicial. A unificação das vias de execução	28
1.5 A falsa suposição de que a sentença condenatória é tutela jurisdicional do direito.....	31
1.6 A influência da economia liberal: a importância da tutela pelo equivalente em pecúnia e a idoneidade da condenação.....	33
1.7 O desvirtuamento do conceito de obrigação e a expansão da condenação	34
1.8 A impropriedade da sentença condenatória para a tutela dos direitos absolutos	36
1.9 As novas situações de direito substancial carentes de tutela e a inadequação da condenação	39
2. A EXECUÇÃO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..	42
2.1 Primeiras observações.....	42
2.2 Ação de execução de sentença	42
2.3 O sistema executivo do art. 461.....	44
2.4 O sistema executivo do art. 461-A	48
2.5 A quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução.....	50
2.6 A Lei 11.232/2005 e a sentença condenatória.....	52
2.7 O desaparecimento da ação de execução de sentença.....	52
2.8 A sentença dependente de execução não mais põe fim ao processo	53
2.9 A infiltração da execução no processo de conhecimento.....	54

3.	O DIREITO FUNDAMENTAL DE AÇÃO E A DESMISTIFICAÇÃO DO PROCESSO DE CONHECIMENTO	57
3.1	A ação como direito ao julgamento do mérito e como direito capaz de permitir a obtenção da tutela do direito material	57
3.2	A ação capaz de permitir a tutela do direito material depende de técnica processual idônea à situação material litigiosa	59
3.3	O princípio da tipicidade como obstáculo à efetividade do direito de ação	59
3.4	O princípio da concentração do poder executivo do juiz como corolário do direito fundamental de ação	61
3.5	A unificação do conhecimento com a execução como consequência do direito fundamental de ação	61
4.	TÉCNICA EXECUTIVA E TUTELA DOS DIREITOS	63
4.1	A sentença dependente de execução	63
4.2	Tutela do direito e sentença	63
4.3	O sentido da exigência “do fazer, do não fazer, da entrega de coisa e do pagamento de quantia”	64
4.4	Os meios executivos relacionados ao fazer, ao não fazer, à entrega de coisa e ao pagamento de quantia	65
4.5	A necessidade de pensar os meios de execução a partir das tutelas dos direitos	66
4.6	Os efeitos jurídicos declarados nas sentenças e as tutelas dos direitos	67
5.	AS FORMAS DE EXECUÇÃO	69
5.1	Noção de execução	69
5.2	Execução direta e execução indireta	70
5.3	Execução frutífera e execução infrutífera. A importância da distinção para a compreensão do significado de tutela jurisdicional do direito	71
5.4	Atuação executiva mediante o constrangimento da vontade do devedor..	72
5.4.1	Execução através de multa	72
5.4.1.1	Primeiras observações	72
5.4.1.2	A natureza da multa diante do ressarcimento	73
5.4.1.3	O destinatário do valor da multa	74
5.4.1.4	A multa e os fazeres infungível e fungível	76
5.4.1.5	Limite do valor da multa	78
5.4.1.6	Critérios para a definição do valor e da forma temporal da multa	78
5.4.1.7	Eficácia da multa	80
5.4.1.8	O instante em que a multa pode ser cobrada	81
5.4.1.9	O problema do “efeito perverso” da multa	82

5.4.1.10	A questão da modificação do valor da multa	83
5.4.2	A prisão como meio executivo	84
5.4.3	Execução mediante outras modalidades de convencimento	89
5.5	Atuação executiva alheia à vontade do devedor	91
5.5.1	Execução através da sentença.....	91
5.5.2	Obstaculização, remoção e apossamento de coisa. Execução complementar praticada por auxiliar do juízo	92
5.5.3	Realização de fazer. Execução por particular	93
5.5.4	Execução por expropriação	93
6.	O ART. 475-N, I, DO CPC E AS SENTENÇAS QUE DEPENDEM DE EXECUÇÃO.....	95
6.1	Os significados de “conceito” e de “classificação”. A razão para se classificar as sentenças	95
6.2	Novamente a importância da distinção entre tutela e sentença	98
6.3	Classificação a partir da suficiência da sentença à prestação da tutela jurisdicional do direito	99
6.4	O critério que foi utilizado para a classificação da sentença condenatória	99
6.5	O conceito (clássico) de condenação	100
6.6	Elementos presentes e excluídos do conceito de condenação.....	103
6.7	Elementos incluídos no gênero sentença não satisfativa e presentes nas novas modalidades de sentenças.....	106
6.8	A necessidade de classificar as sentenças que dependem de execução	108
6.9	Crítérios para a classificação das sentenças dependentes de execução	108
6.10	A influência do princípio da tipicidade sobre o poder jurisdicional.....	110
6.11	A sentença que tutela o direito constringendo a vontade do réu e a sentença que, independentemente da vontade do réu, tutela o direito mediante atos ulteriores de execução	113
6.12	Sentença com eficácia executiva (condenatória) e sentenças de executividade intrínseca.....	116
6.13	Sentenças de executividade intrínseca: sentenças mandamental e executiva ..	118
7.	LIQUIDAÇÃO DA OBRIGAÇÃO	121
7.1	Requisitos da obrigação a executar	121
7.1.1	Exigibilidade.....	121
7.1.2	Certeza	122
7.1.3	Liquidez.....	123
7.2	Liquidação da obrigação. Considerações gerais.....	123
7.3	Natureza da liquidação	126

7.4	Liquidação por cálculos	127
7.4.1	Necessidade de dados em poder do devedor ou de terceiros	128
7.4.2	Elaboração do cálculo pelo contador judicial	130
7.5	Liquidação por arbitramento	132
7.6	Liquidação por artigos	133
7.7	Princípio da fidelidade ao título	135
7.8	A natureza do ato jurisdicional que julga a liquidação. Decisão ou sentença?	140
7.9	Liquidação e coisa julgada	142

PARTE II

A SENTENÇA QUE RECONHECE
OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER

1.	IMPOSIÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER, PRESTAÇÃO DA TUTELA DO DIREITO E MEIOS DE EXECUÇÃO ADEQUADOS	147
2.	ASTUTELAS DOS DIREITOS PRESTADAS MEDIANTE NÃO FAZER OU FAZER E OS MEIOS DE EXECUÇÃO A ELAS PERTINENTES ..	149
2.1	Introdução.....	149
2.2	Tutela inibitória.....	150
2.3	Tutela de remoção do ilícito	155
2.4	Tutela ressarcitória na forma específica	158
2.5	Tutela do adimplemento na forma específica	165
2.6	Tutela do adimplemento perfeito.....	169
2.7	Tutela específica do cumprimento do dever legal de fazer	171
3.	O PODER EXECUTIVO DIANTE DA IMPOSIÇÃO DO NÃO FAZER E DO FAZER.....	173
3.1	A liquidação da sentença.....	173
3.2	A concentração do poder de execução	174
3.3	O poder jurisdicional de determinar modalidade executiva diferente da pedida e de conceder “resultado prático” equivalente ao da tutela específica requerida	176
3.4	A diferença entre modalidade executiva diferente da pedida e “resultado prático” equivalente ao da tutela específica solicitada.....	178
3.5	A possibilidade de se alterar a modalidade executiva após o trânsito em julgado da sentença.....	179
3.6	A alteração da forma de prestação da tutela do direito após o trânsito em julgado	180
3.7	Conversão da tutela específica em perdas e danos.....	181

4.	CONTROLE DO PODER EXECUTIVO	183
4.1	Os princípios da adequação e da necessidade	183
4.2	Análise, em abstrato e aproximada, da racionalidade do uso dos meios executivos	184
4.3	O controle do poder executivo na fase de execução	185
4.4	A importância da justificativa para o controle do poder executivo.....	185
5.	DEFESA DO EXECUTADO	187
5.1	Os recursos no controle do poder executivo.....	187
5.2	A defesa em primeiro grau de jurisdição.....	187

PARTE III

A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE

1.	TUTELA ESPECÍFICA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE	191
1.1	A configuração da sentença que presta a tutela específica de declaração de vontade.....	192
2.	NATUREZA DA SENTENÇA QUE PRESTA A TUTELA ESPECÍFICA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE	194
3.	O EQUÍVOCO DE SUBORDINAR OS EFEITOS DA SENTENÇA AO SEU TRÂNSITO EM JULGADO	197
4.	REQUISITOS PARA SE PODER OBTER SENTENÇA QUE PRODUZA OS EFEITOS DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO.....	201
5.	A SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA E O SURGIMENTO DE NOVAS OBRIGAÇÕES.....	204

PARTE IV

A SENTENÇA QUE RECONHECE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA

1.	A “AÇÃO QUE TEM POR OBJETO A ENTREGA DE COISA” (ART. 461-A DO CPC) E AS TUTELAS DOS DIREITOS	207
2.	TUTELA ESPECÍFICA E MEIOS EXECUTIVOS	209

3.	AS DIVERSAS TUTELAS DOS DIREITOS PRESTADAS A PARTIR DA SENTENÇA QUE RECONHECE A “EXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA” E OS MEIOS DE EXECUÇÃO A ELAS ADEQUADOS	211
3.1	A tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa	211
3.2	Adimplemento imperfeito e tutela na forma específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa.....	213
3.3	Tutela de imissão na posse	216
3.4	Tutela reivindicatória.....	219
3.5	Tutela de reintegração de posse.....	220
3.6	Tutela de recuperação de coisa dependente da desconstituição do contrato ...	222
3.7	Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	226
4.	COISA CERTA E COISA INCERTA	227
4.1	Conceito.....	227
4.2	Coisa determinada pela quantidade, pelo gênero e pela qualidade	227
4.3	Coisa incerta e coisa fungível	227
4.4	Coisa incerta e obrigação alternativa.....	228
4.5	Instante da individualização da coisa	228
4.6	A impugnação da individualização da coisa.....	228
5.	DEFESA DO EXECUTADO	230
6.	DIREITO DE RETENÇÃO	231

PARTE V

A SENTENÇA QUE RECONHECE
OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA

1.	TUTELA PECUNIÁRIA E TÉCNICAS DE EXECUÇÃO	237
2.	FASE INICIAL DA EXECUÇÃO	239
2.1	Pagamento voluntário.....	239
2.2	O prazo para pagamento voluntário.....	240
2.3	A multa do art. 475-J	243
2.4	A instauração da execução e a cumulação de execuções	244
2.5	Partes e terceiros	245
2.5.1	As partes na execução. Litisconsórcio	245
2.5.2	A intervenção de terceiros na execução	246
2.5.3	O cônjuge do executado e sua situação na execução.....	247
2.6	Competência	248

2.7	O pleito executivo.....	251
2.8	Os efeitos do início da execução. A prescrição	253
3.	PENHORA.....	256
3.1	Penhora. Definição. Efeitos	256
3.2	Responsabilidade patrimonial	258
3.2.1	Bens do devedor não sujeitos à penhora	258
3.2.1.1	Impenhorabilidade absoluta	259
3.2.1.2	Impenhorabilidade relativa	262
3.2.2	Bens de terceiros sujeitos à penhora	263
3.2.3	Fraude contra credores e fraude à execução	264
3.3	Procedimento da penhora.....	268
3.3.1	Ordem de bens a serem penhorados	271
3.3.2	O direito de o exequente indicar bens à penhora	272
3.3.3	A não indicação de bens pelo credor e o dever de o executado indicar os bens segundo a ordem legal do art. 655 do CPC.....	274
3.3.4	A substituição da penhora	275
3.3.5	A penhora <i>on line</i>	277
3.3.6	Questões particulares da penhora	281
3.4	Providências preliminares à satisfação do credor	284
3.4.1	A comunicação da penhora aos sujeitos da execução e aos terceiros ..	285
3.4.2	Depósito dos bens penhorados	285
3.4.3	Avaliação dos bens penhorados	288
3.4.4	Ampliação e redução da penhora, substituição do bem penhorado e segunda penhora	289
3.4.5	Alienação antecipada de bens	290
3.4.6	Outras providências	291
4.	A DEFESA DO EXECUTADO	293
4.1	Primeiras considerações.....	293
4.2	A impugnação à execução	296
4.2.1	Conceito e natureza jurídica	296
4.2.2	Requisitos para a admissibilidade da impugnação.....	298
4.2.3	Matérias que podem fundar a impugnação	300
4.2.4	Concessão de efeito suspensivo à impugnação	307
4.2.5	Procedimento da impugnação	313
4.2.6	O ato que decide a impugnação e sua estabilidade.....	315
4.3	Outras vias de reação do executado	316

4.3.1	Exceção de incompetência relativa, de impedimento e de suspeição....	317
4.3.2	Embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação	317
4.3.3	Exceção de pré-executividade.....	318
4.3.4	Ações autônomas	319
5.	SATISFAÇÃO DO CREDOR.....	320
5.1	As formas de satisfação do credor.....	320
5.2	Natureza jurídica da expropriação.....	321
5.3	A adjudicação	323
5.3.1	Pressupostos da adjudicação	323
5.3.2	Procedimento da adjudicação	325
5.3.3	A procedência da impugnação e a sorte da adjudicação	326
5.4	A alienação por iniciativa particular	327
5.5	A alienação em hasta pública	328
5.5.1	A convocação da hasta pública.....	329
5.5.2	A legitimação para arrematar.....	331
5.5.3	A arrematação judicial.....	332
5.5.4	Formas especiais de arrematação	335
5.6	O usufruto de bem móvel ou imóvel	336
5.6.1	Requisitos da decretação do usufruto judicial.....	336
5.6.2	Procedimento do usufruto judicial.....	337
5.7	Entrega do dinheiro ao credor	338
5.7.1	O pagamento direto	339
5.7.2	O concurso singular de credores	340
6.	SUSPENSÃO E CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO	344
6.1	O término da execução	344
6.2	A sentença de extinção da execução	345
6.3	Coisa julgada e execução	346
6.4	A suspensão da execução.....	348

PARTE VI

EXECUÇÃO DA DECISÃO PROVISÓRIA

1.	A NECESSIDADE DE A SENTENÇA PODER SER EXECUTADA NA PENDÊNCIA DO RECURSO DE APELAÇÃO.....	353
2.	A REALIDADE DO DIREITO BRASILEIRO. O ORDENAMENTO BRASILEIRO PERMITE A EXECUÇÃO DA SENTENÇA NA PENDÊNCIA DO RECURSO DE APELAÇÃO APENAS EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS	357

2.1	Questões peculiares da execução de títulos provisórios e do efeito suspensivo dos recursos	358
2.2	Efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e executividade dos provimentos judiciais....	361
2.3	A execução na pendência dos Recursos Extraordinário e Especial.....	362
3.	ESPÉCIES DE SENTENÇAS EXECUTÁVEIS NA PENDÊNCIA DO RECURSO NÃO RECEBIDO COM EFEITO SUSPENSIVO	363
3.1	Efetivação provisória das sentenças que reconhecem a obrigação de prestação de declaração de vontade.....	364
4.	OS PROVIMENTOS JUDICIAIS PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA	365
4.1	A sentença condenatória (art. 475-J do CPC). A execução da decisão provisória sob pena de multa de dez por cento	365
4.2	Outros provimentos passíveis de execução provisória	367
5.	EXECUTIVIDADE IMEDIATA E COGNIÇÃO.....	368
5.1	Execução provisória ou execução fundada em decisão provisória?	370
5.2	Execução completa e execução incompleta.....	371
5.3	A interpretação da expressão “execução provisória da sentença” (art. 475-O, <i>caput</i>).....	373
6.	A EXECUÇÃO COMPLETADA DA DECISÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, III E § 2.º, DO CPC.....	375
6.1	O parâmetro procedimental da execução de título provisório	377
7.	A RESPONSABILIDADE DO EXEQUENTE DA DECISÃO PROVISÓRIA. ART. 475-O, I, DO CPC	378
8.	A RESTITUIÇÃO AO ESTADO ANTERIORE E O DEVER DE REPARAR O DANO. ART. 475-O, II, DO CPC	379

PARTE VII

EXECUÇÕES ESPECIAIS

1.	EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA	383
1.1	Primeiras considerações.....	383
1.2	Espécies de alimentos e seu regime	384
1.2.1	Alimentos definitivos, provisionais e provisórios.....	384
1.2.2	Alimentos legítimos, voluntários e indenizativos	386
1.2.3	Alimentos naturais e civis	388

1.3	Formas de execução dos alimentos	388
1.3.1	Desconto em folha	390
1.3.2	Desconto em renda.....	392
1.3.3	Prisão civil.....	392
1.3.4	Expropriação.....	395
1.3.5	Constituição de capital.....	396
1.4	Procedimento da execução de prestação alimentícia.....	398
1.4.1	O não cumprimento da sentença e a incidência da multa de 10%. A aplicação do art. 475-J.....	398
1.4.2	Execução por desconto em folha ou renda	399
1.4.3	Execução por coerção pessoal (prisão civil)	399
1.4.4	Execução por expropriação	401
2.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	404
2.1	O regime dos pagamentos efetuados pela Fazenda Pública	404
2.2	Procedimento	406
2.3	Regime de precatórios	409
2.4	Requisição de pagamento	412

PARTE VIII

A EXECUÇÃO DOS DEMAIS
TÍTULOS JUDICIAIS

1.	OS OUTROS TÍTULOS JUDICIAIS	417
1.1	Introdução.....	417
1.2	A sentença penal condenatória transitada em julgado (art. 475-N, II, do CPC).....	418
1.3	A sentença homologatória de conciliação ou de transação (art. 475-N, III, do CPC).....	420
1.4	A sentença arbitral (art. 475-N, IV, do CPC).....	420
1.5	O acordo extrajudicial homologado judicialmente (art. 475-N, V, do CPC) .	421
1.6	A sentença estrangeira homologada pelo STJ (art. 475-N, VI, do CPC) .	422
1.7	O formal e a certidão de partilha (art. 475-N, VII, do CPC)	423
2.	A EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	425
2.1	Introdução.....	425
2.2	A liquidação dos títulos	425

2.3	Execução provisória.....	426
2.4	O prazo para cumprimento voluntário e a multa do art. 475-J.....	427
2.5	O início da execução.....	428
2.6	Outras questões pontuais.....	429
3.	A EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA PREVISTAS NESTES TÍTULOS JUDICIAIS.....	431

PARTE IX

EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS

1.	A DISTINÇÃO ENTRE CONDENAÇÃO E TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E SUA CONSEQUÊNCIA SOBRE AS VARIAÇÕES PROCEDIMENTAIS DAS SUAS EXECUÇÕES.....	435
2.	OS TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	440
2.1	Introdução.....	440
2.2	Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais.....	441
2.3	Os títulos executivos no direito brasileiro.....	443
2.4	Atributos do título executivo extrajudicial.....	448
3.	O PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS.....	451
3.1	Introdução.....	451
3.2	A instauração do processo de execução.....	452
3.3	A cumulação de ações executivas.....	455
3.4	A citação do executado.....	456
3.5	As condutas autorizadas ao executado.....	458
3.6	Outras particularidades da execução de títulos extrajudiciais.....	461
4.	OS EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	463
4.1	Introdução.....	463
4.2	Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução.....	464
4.3	O efeito suspensivo dos embargos à execução.....	467
4.4	O procedimento dos embargos à execução.....	468
4.5	Sentença e apelação nos embargos à execução.....	470
4.6	A atribuição de efeito suspensivo aos embargos e a execução na pendência da apelação contra a sua sentença de improcedência. A execução de título extrajudicial no regime da execução da decisão provisória.....	470
4.7	Os embargos à arrematação, à alienação e à adjudicação.....	475
4.8	Os embargos na execução por carta.....	476

5. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA CONTEMPLADAS EM TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS	478
5.1 Introdução.....	478
5.2 Questões gerais da execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa	479
5.3 Prestações de fazer.....	481
5.4 Prestações de não fazer	483
5.5 Prestações de entrega de coisa.....	485
BIBLIOGRAFIA	489
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	497
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES.....	505